



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

NÍSIA FLORESTA E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

FÁTIMA BEZERRA NEGROMONTE

DJAIR TEOFILDO DO REGO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

RESUMO Este artigo tem como objetivo apresentar o papel desempenhado por Nísia Floresta para a conquista do direito da mulher à educação formal no Brasil. Por meio de sua produção escrita, no século XIX, ela propagou suas concepções de igualdade entre os gêneros, tornando-se uma precursora na luta pelos direitos da mulher no país. Foi a fundadora do Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, para meninas, que adotou uma grade curricular e uma metodologia de ensino inovadora para a época, fato que incomodou bastante a elite dominante, que usou a difamação como forma de punição e preconceito, fato que provavelmente contribuiu para que a autora ficasse no anonimato por séculos. Sua obra se constitui em importantes fontes históricas sobre a História dos Direitos Sociais da Mulher no Brasil. **Palavras-chave:** Nísia Floresta. Educação. Preconceito.

ABSTRACT This paper aims to present the role of Nísia Foresta in the achievement of the women's right to formal education in Brazil. Through her written production, books, newspapers and magazines articles, in the nineteenth century, she spread her ideas of gender equality, becoming a precursor in the struggle for the right of women in the country. She was the founder of the Augusto School, in Rio de Janeiro, for girls, which adopted a new curriculum and a very innovative teaching methodology for the time. This fact greatly bothered the ruling class of the time that used defamation and slander as a tool of punishment and prejudice, a fact that probably contributed to the author to remain anonymous for centuries. Nísia Floresta was a precursor of the feminist values in Brazil. **Keywords:** Nísia Floresta. Education. Prejudice.

INTRODUÇÃO As omissões de nomes de vários autores na historiografia brasileira, em diferentes momentos históricos, sinalizam significantes lacunas na historiografia da formação do pensamento

político, econômico, social, e cultural brasileiro e, por conseguinte, dificultam compreensões aprofundadas de importantes processos de transformação pelos quais a sociedade brasileira vem passando ao longo dos séculos. De acordo com Ronaldo Aguiar (2000), essas ausências são sistemáticas e independem da qualidade das obras escritas ou do que fizeram seus autores em vida. Como exemplo, ele cita os nomes de Manoel Bomfim, Josué de Castro, Guerreiro Ramos, Roquette-Pinto, Perdigão Malheiro, Arthur Ramos, entre outros. Este fato é ainda mais evidente em relação às mulheres, que historicamente, sempre ocuparam uma posição inferior na sociedade. Segundo Arilda Ribeiro (2000), durante 322 anos, de 1500 a 1822, período correspondente ao início da colonização portuguesa até a chegada da corte imperial ao país, as meninas eram criadas apenas para exercer atividades domésticas: cuidar do marido, dos filhos e da casa. Os meninos, por outro lado, tinham o direito ao acesso à instrução formal, patrocinada pelos padres jesuítas, pois eles precisariam saber ler, escrever e fazer operações matemáticas para dirigir os negócios dos pais. Cabia ao marido assumir a posição de líder na família, enquanto a mulher lhe devia total obediência e submissão. Podemos afirmar que havia uma dicotomia de funções na vida do homem e da mulher: a pública e a privada. Ressaltamos que o Art. 91, do Capítulo VI da Constituição Política do Império do Brasil, que foi elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824, garantia a todos os cidadãos brasileiros, que estavam no gozo de seus direitos políticos, o direito ao voto nas eleições primárias, nas quais eram eleitos os deputados e senadores para a Assembleia Geral e Membros dos Conselhos Gerais das Províncias. No entanto, de acordo com a legislação do Brasil, recém-independente de Portugal, somente os homens eram considerados cidadãos, assim, o princípio de igualdade era aplicado apenas aos homens. Destarte, as mulheres não tinham o direito de votar, nem de se candidatar a cargos políticos; e nem mesmo de exercer empregos públicos, elas podiam trabalhar apenas em empresas privadas. Nesse sentido, a lei magna do país instituía a noção de “não cidadania”, a partir de práticas discursivas dos seus constituintes que excluía as mulheres. Ou seja, é interessante observar que, mesmo sem estar escrito que a mulher não gozava dos mesmos direitos que o homem, a sua condição de excluída já estava implícita no texto escrito e nos discursos dos parlamentares. As práticas de exclusão já eram tão naturais e banalizadas que se tornaram perfeitamente compreensíveis, naquele contexto histórico, do século XIX, que, ao garantir a *todos os cidadãos brasileiros* o direito ao voto, não significaria incluir as mulheres. Portanto, elas eram silenciadas e desqualificadas como sujeitos pensantes, sendo consideradas como incapazes de se autogovernarem, pois precisavam da autorização do pai ou do marido para ter uma vida social ou exercer uma profissão. Como salienta Foucault: “é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanta mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência” (FOUCAULT, 2010, p. 232). Aplicando o pensamento de Foucault à nossa interpretação da primeira constituição brasileira, podemos inferir

que o poder executivo do país, representado pelo Imperador Brasileiro e a Assembleia Nacional Constituinte, ao não garantir o mesmo direito aos homens e às mulheres, buscava ratificar a inferioridades destas e, ao mesmo tempo, dificultar possibilidades de insubordinação. Assim, o não dito, o que não foi claramente explicitado, que o termo *cidadãos* não era extensivo a pessoas do sexo feminino, foi compreendido por todos, pois já projetava elementos de inteligibilidade das práticas socioculturais vivenciadas no Brasil por séculos. Em outras palavras, a lei maior brasileira, elaborada apenas por homens, legitimou o poder androcêntrico, e tentou silenciar as vozes e os direitos civis femininos. Porém, como o poder não tem gênero, e quem o exerce, é que efetivamente domina, nem todas as mulheres aceitavam viver sob o jugo do patriarcado. Portanto, algumas não aceitavam a condição de inferioridade que lhes era imposta, em que elas eram totalmente subservientes, subalternas, dependentes, sem voz, desprovidas de cidadania, objeto da supremacia androcêntrica. Portanto, surgiram daí as “transgressoras”, as “rebeldes”, as “inconformadas”, as “iconoclastas”. Nesse cenário, já no século XIX, período histórico de profundas transformações sociais e econômicas na Europa, onde as primeiras manifestações da ideologia feminista estavam sendo propagadas, surge a escritora potiguara Nísia Floresta, que, por meio dos seus discursos, materializados na imprensa, folhetos e livros, tornou-se uma referência ao se insurgir contra o *status quo* da mulher na sociedade brasileira. De acordo com Peggy Sharpe-Valadares (1989), os seus escritos permaneceram inacessíveis ao público brasileiro, incluindo especialistas, por mais de um século. Esta pesquisadora destaca que Nísia Floresta foi a primeira mulher brasileira a publicar e difundir suas ideias revolucionárias, não apenas no Brasil, mas também no continente europeu, em três diferentes idiomas: português, francês e italiano. Assim, o papel preponderante desempenhado por Nísia Floresta nas reivindicações pelo direito da mulher a acessar a instrução formal, no contexto da posição social ocupada pela mulher no século XIX, consiste em resgatar as raízes de processos emancipatórios, que possibilitaram o avanço das relações de igualdade de gênero em nosso país. Nesse sentido, seus escritos se constituem em importantes fontes históricas, que ajudam a preencher lacunas, já que há uma considerável escassez de documentação sobre a trajetória das conquistas sociais, políticas e culturais, da mulher brasileira. Desse modo, eles nos ajudam a compreender como viviam e se comportavam as nossas antepassadas. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo criar espaços de discussão sobre esta instigante mulher, que apesar de ser pouco conhecida, é considerada como uma das precursoras do feminismo brasileiro. Este texto está organizado em três partes: na primeira, apresentamos alguns dados biográficos de Nísia Floresta; na segunda, focalizamos a singularidade do seu pensamento; e, em seguida, mostramos algumas de suas enunciações, no livro *Opúsculo humanitário*, que foi publicado pela primeira vez em 1853 e reeditado, pela segunda e última vez, em 1989. **1. DADOS BIOGRÁFICOS DA AUTORA** Dionísia Pinto Lisboa era o seu verdadeiro nome. Nísia é a forma abreviada de seu prenome, e Floresta é uma referência ao sítio

onde ela nasceu, no Rio Grande do Norte, em 1810. Foi filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e da brasileira Antônia Clara Freire, teve como irmãos F. Clara de Medeiros e Joaquim Pinto Brasil. Alguns estudiosos também registram uma irmã mais velha, possivelmente filha apenas de sua mãe que era viúva, ao casar com seu pai. A família residiu um período na cidade de Goiana, Pernambuco, onde Dionísio havia se estabelecido assim que chegou ao Brasil. Posteriormente, eles voltaram a fixar residência no Rio Grande do Norte, mas devido à nacionalidade do patriarca tiveram de fugir, das manifestações antiportuguesas, que estavam acontecendo em várias capitais do Nordeste. Em conformidade com o costume da época, Nísia casou-se aos treze anos, por imposição do pai, com Manuel Alexandre Seabra de Melo, que era bem mais velho do que ela. Mas, abandonou-o meses depois, voltando a morar com a família. Este fato mostra claramente o quanto ela era singular para os padrões da sociedade brasileira do século XIX. Ao deixar definitivamente o Rio Grande do Norte, após a Revolução de 1824, a família volta a residir em Goiana, onde Nísia conheceu Manuel Augusto de Faria Rocha, um jovem estudante de Direito, por quem se apaixonou e manteve uma união até o fim vida deste; ele faleceu aos vinte e cinco anos. A família permaneceu em Goiana por um curto período, indo morar em Olinda e depois em Recife, onde aconteceu o trágico assassinato do seu pai, no dia 17 de agosto de 1828. Não há registros sobre a causa deste crime. Neste mesmo ano, ela passou a viver com Manuel Augusto, com quem teve seus três filhos, sendo que o primeiro teve morte prematura, depois nasceu Lívia em 12 de janeiro de 1830 e, por último, Augusto Américo, nascido na primeira quinzena de janeiro, em 1833, no Rio Grande do Sul, para aonde o casal se mudara, juntamente com a mãe e suas irmãs. O companheiro de Nísia Floresta faleceu em 4 de agosto de 1833, deixando-a viúva aos vinte e três anos; após este incidente, ela permaneceu em Porto Alegre por quatro anos. Durante este período, lecionou e fez amizade com Anita e Giuseppe Garibaldi, porém dois anos depois do início da Revolução Farroupilha, em 1835, mais uma vez, ela teve de mudar de cidade. Pois, Porto Alegre já não era um lugar seguro para se morar. Assim, em 1837, ela, juntamente com a família, foi morar no Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Augusto, no dia 15 de fevereiro de 1838. Duarte (2010), esclarece que, naquela época, a grande maioria das escolas era dirigida por mulheres estrangeiras, e, certamente, Nísia Floresta foi a primeira mulher brasileira a possuir um colégio no Brasil. Este evento foi tão marcante, naquela segunda metade do século XIX, que chegou a ser manchete do Jornal do Comércio de 31 de janeiro de 1838, conforme destacamos abaixo:

D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na Rua Direita nº 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por

um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma. (...)

Floresta permaneceu naquela cidade por onze anos, depois foi morar definitivamente na Europa; ela voltou para o Brasil duas vezes, permanecendo apenas por curtos períodos de tempo. Não se sabe ao certo os motivos que a levaram a deixar o seu país, mas sabe-se que durante a sua permanência no Rio de Janeiro, o seu colégio foi alvo de muitas críticas, pois este oferecia uma grade curricular muito incomum para a época. As alunas do seu colégio estudavam latim, caligrafia, história, geografia, religião, matemática, português, francês, italiano, inglês, música, dança, piano, desenho e costura. É interessante ressaltar que o colégio aplicava uma metodologia de ensino, ainda não conhecida no país, representando uma verdadeira quebra de paradigma pedagógico para a época, sobretudo se tratando de uma escola para meninas. Pois, havia uma divisão entre instrução e educação, que eram aplicadas de acordo com o gênero do estudante. Aos meninos, era proporcionada a instrução, que tinha como objetivo desenvolver a capacidade intelectual, pois eles iriam exercer uma profissão, seriam os provedores de suas famílias. As meninas, por outro lado, eram educadas para formar valores morais, para ampliar as suas habilidades femininas, pois elas deveriam conservar a pureza, tornarem-se mulheres bem comportadas, muito respeitadas, em consonância com o comportamento exigido pela sociedade. Neste cenário, é compreensível o grau de perplexidade que Nísia Floresta causou na cidade do Rio de Janeiro. A imprensa foi o principal meio usado para difamar o colégio e, evidentemente, a sua diretora.

As audácias da diretora, seu caráter *sui juris* (sic), suas ideias já conhecidas em prol da reabilitação da mulher, causaram mal-estar entre as rivais assustadas, e entre os catões, que aborreciam aquela mulher metida a homem, pregando a emancipação do seu sexo, batendo-se pela extinção da

odiosa tirania masculina, escrevendo nos jornais, estigmatizando os senhores de escravos, afrontando desassombadamente seculares preconceitos (SARPE-VALADARES, 1989, p. XII).

Logo, a classe dominante da época reagiu fortemente mediante a ameaça de se elevar a posição social da mulher. Sarpe-Valadares enfatiza que segundo o pesquisador Aduino da Câmara, a simples presença de Nísia Floresta na sociedade carioca,

incitou à publicação de artigos que aludiam a envolvimento amoroso dela, tanto com amantes masculinos quanto com suas alunas. Alguns artigos de jornal da primeira metade do século XX insinuavam que a decisão tomada por Floresta, de ir embora para a Europa, talvez fosse mais uma fuga, resultados diretos de tais incidentes desagradáveis (SARPE-VALADARES, 1989, p. XII- XIII).

Não é difícil imaginar os danos psicológicos que notícias desta natureza, envolvendo sua vida pessoal, devem ter causado à proprietária do Colégio Augusto. Possivelmente, deixar seu país tenha sido uma decisão muito difícil, mas necessária naquelas circunstâncias. Na Europa, Nísia Floresta continuou engajada com temas relacionados à Educação. E a partir de 1851, ela passou a enviar artigos para serem publicados nos jornais brasileiros, inclusive cariocas. Faleceu no dia 26 de maio de 1885 na cidade de Rouen, na França. Seus despojos foram transportados para Floresta, Rio Grande do Norte, em 1954, pelo governo do Estado, onde foi construído um mausoléu em sua homenagem. **2. NÍSIA FLORESTA: UMA MULHER SINGULAR NO SEU PERÍODO HISTÓRICO** Nísia Floresta viveu em um período em que a grande maioria das mulheres brasileiras era iletrada. Sendo uma intelectual, ela conseguiu se posicionar em um lugar privilegiado, no qual conseguia perceber que a educação possibilitaria à mulher elevar a sua condição social, e, por meio de sua produção escrita, apontou caminhos de libertação para a mulher de seu tempo, conscientizando a sociedade acerca da necessidade de elas terem o mesmo direito dos homens, sobretudo no que concerne a instrução formal. A pesquisadora Constância Lima Duarte enfatiza:

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para

muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos. Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. Se lembrarmos que apenas em 1816 a imprensa chegou ao país, mais se destaca o papel pioneiro que esta brasileira desempenhou no cenário nacional (DUARTE, 2010, p. 12). Sua obra literária inclui quinze livros, nos quais ela buscou conscientizar seus leitores da importância social da mulher. Um de seus livros mais divulgados na época, escrito em 1832, foi intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que na verdade foi escrito a partir do livro *Vindications of the rights of woman*, da autora inglesa, Mary Wollstonecraft. Nele, Floresta reivindica os direitos das mulheres à instrução, ao acesso ao mercado de trabalho, e exige que elas sejam respeitadas por toda a sociedade. Desnaturalizando, portanto, modos de pensar e ver o mundo, questionando normas estabelecidas como verdades absolutas, Floresta contribuiu para novas possibilidades de se conceber a mulher no seu próprio país. Podemos afirmar que seus elementos de letramento lhe possibilitaram sair do lugar comum no qual se posicionava a grande maioria de suas conterrâneas, naquele momento histórico, e intervir na sua realidade sociocultural. Foucault explica esse fenômeno ao esclarecer a sua teoria do processo arqueológico do saber, quando enfatiza:

As posições do sujeito definem-se pela situação que lhe é possível ocupar relativamente aos diversos domínios ou grupos de objetos: é sujeito que questiona segundo uma certa grelha de interrogações explícitas ou não, e escuta segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa segundo uma tábua de traços característicos, e registra segundo um tipo descritivo; situa-se a uma distância perceptiva ótima cujos limites distinguem o teor da informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito relativamente ao nível perceptivo médio ou imediato, garantem a sua passagem de um nível superficial a um nível profundo, fazem-no circular no

espaço interior do corpo – dos sintomas manifestos aos órgãos, dos órgãos aos tecidos e, por fim, dos tecidos às células (FOUCAULT, 2005, p. 85). Nesse sentido, a partir dos seus estudos sobre culturas de países de diferentes partes do mundo e de diversos períodos históricos, Nísia Floresta conseguiu construir discursos inovadores, instaurando novos sentidos, sobretudo ideológicos, em consonância com o seu segmento social e período histórico. Ela questionou as grelhas passíveis de serem interrogadas no seu contexto social, como: por que só os homens tinham o direito de obter uma educação científica e literária?

Por que cabiam às mulheres apenas uma instrução doméstica, cujo propósito seria torná-las esposas e mães dedicadas ao marido e aos filhos? Quais as causas desta injustiça?

Como sair daquele lugar de opressão e subalternidade?

Ainda na esteira de Foucault, podemos inferir que o desenvolvimento intelectual da autora potiguara, o seu saber, lhe possibilitaram se autoconstruir como sujeito atuante, capaz de mudar a sua própria história de vida, e contribuir para mudar a posição de outras mulheres na sociedade, por meio da desconstrução de antigos paradigmas androcêntricos. Em outras palavras, ela se constituiu como um poder de resistência, comportamento impensável para uma mulher em sua época. E, conseqüentemente, sofreu represálias. É interessante observar que ela assimilou elementos da imposição e dominação masculina na construção do seu viés feminista. Podemos citar como exemplo, a incorporação do prenome de seu marido, Augusto, ao seu próprio nome; ela também nomeou o seu filho com este mesmo nome e até mesmo o colégio que fundou no Rio de Janeiro. O título do seu livro *Opúsculo Humanitário*, provavelmente, foi escolhido tendo como referência os *Opúsculos* de Augusto Comte. Apesar de o seu livro ter como meta denunciar a desigualdade de gênero em seu país, a autora dedica seu trabalho a um homem, Joaquim Pinto Brasil, seu irmão. Ela se apropria de elementos androcêntricos e subverte-os, adequando-os às suas leituras, às suas análises sobre a estigmatização da mulher na sociedade. **3. OPÚSCULO HUMANITÁRIO: UMA OBRA REIVINDICADORA DOS DIREITOS DA MULHER** Em *Opúsculo Humanitário*, Nísia Floresta apresenta suas críticas ao descaso e à negligência das autoridades e da sociedade em geral em relação à educação das mulheres no país. Argumentando bem suas

posições, usando uma linguagem erudita, ela propõe mudanças. Logo no início, ela compara a posição da mulher na Europa e nos Estados Unidos com àquela ocupada pela brasileira. As primeiras já haviam conquistado grandes avanços sociais e civis e encontravam-se em processos emancipatórios, de luta pelos direitos de igualdade com os homens; enquanto as brasileiras, apesar de, naquele momento histórico, já terem o direito ao acesso à escola, com um currículo diferente daquele oferecido aos varões, ainda se encontravam praticamente estagnadas, no que tange à conscientização acerca dos seus direitos como cidadãs. Ela ressalta o seguinte:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?

(FLORESTA, 1989, p. 2).

Ao se referir ao Brasil como *capital do império de Santa Cruz*, Floresta coloca em relevo a condição cristã do país, que tendo o cristianismo como base religiosa deveria buscar a justiça social e igualdade para todos. Percebe-se também sua ironia, pois *Terra de Santa Cruz* foi o nome provisório escolhido por Dom Manuel, em 1501, para designar suas novas terras no continente americano. No momento em que escrevia aquele livro, já se passaram trinta e um anos da independência do Brasil; assim, ela quis, de forma sutil, fazer uma alusão aos primórdios do período colonial. Quando enfatiza *nossa débil voz se levanta*, ela mostra a imagem da mulher silenciada, oprimida, mas nunca vencida. Nísia Floresta compreendia que, assim como as mulheres europeias haviam conseguido conquistas significativas, chegara o momento das mulheres brasileiras também reivindicar seus direitos e igualar-se às mulheres dos países mais desenvolvidos. Entre as vozes silenciadas, encontram-se todas aquelas suas ancestrais que, em diferentes momentos históricos, transgrediram as normas vigentes e insurgiram-se contra a dominação masculina e lutaram em prol dos seus próprios pensamentos e interesses pessoais e coletivos. Muitas dessas mulheres não tiveram seus nomes registrados na História do Brasil; outras sim, mas de forma muito tímida! Como foi o caso de Catarina

Paraguaçu, uma índia, conhecida como Madalena Caramuru, que ousou burlar a lei e conseguiu tornar-se a primeira mulher brasileira a ser alfabetizada, pois há o registro histórico da data da carta que ela escreveu ao padre Manoel de Nobrega, dia 26 de março de 1561 (RIBEIRO, 2000). Na evocação *Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados!*, Nísia Floresta faz uma crítica à nação, que buscava se autoafirmar enquanto país independente, procurando sua própria identidade nacional, em consonância com outros países, mas perpetuava os valores de séculos atrás. Quando evoca: *Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?*

, Floresta, mais uma vez, mostra-se irônica, pois coloca em evidência práticas governamentais não compatíveis com os seus discursos. E mostra a fragilidade de um país que, mesmo tendo conquistado a sua liberdade política, continuava com práticas tão anacrônicas quanto àquelas adotadas nos primórdios da colonização. Ou seja, mesmo com o passar dos séculos, em uma nova conjuntura política, o cenário da vida da mulher brasileira permanecera praticamente inalterado. Nísia Floresta invoca as virtudes das heroínas bíblicas Débora e Judite, assim como a personagem Semíramis, que foi adorada como rainha e deusa por várias civilizações antigas, na Pérsia, na Babilônia, na Armênia, na Arábia e em toda a Ásia, para salientar a importância e a coragem da mulher em contextos considerados sagrados.

As Déboras, as Semíramis, as Judites se mostram embalde, atestando, aquela, a graça de que a tocara Deus, permitindo-lhe revelar aos homens alguns de seus mistérios; estas, uma razão esclarecida, uma coragem rara, que provavam já então não ser a mulher somente destinada a guardar os rebanhos, a preparar a comida, e a dar à luz a sua posteridade (FLORESTA, 1989, p. 2).

Desta forma, Floresta coloca a mulher no mesmo patamar de importantes personagens masculinas, que no livro sagrado dos cristãos foram usadas por Deus para se revelar aos homens. Nesse contexto, portanto, a função social da mulher deveria ir muito além de simplesmente desempenhar as tarefas mais desprestigiadas socialmente e ter a função apenas de procriar filhos. Assim, ela busca exaltar a força feminina também presente em personagens bíblicas com o intuito de destacar o poder das mulheres, algo já presente desde o início dos tempos, o que se coadunaria, perfeitamente, com o seu

pensamento ideológico e com os seus princípios norteadores em defesa dos direitos das mulheres. Nas páginas seguintes, a autora faz uma retrospectiva histórica mostrando em detalhes como a mulher foi depreciada desde a Antiguidade, em diferentes culturas. Destacamos uma de suas referências acerca da vida da mulher na civilização egípcia.

Também o Egito jazeu sempre submerso, apesar da profunda sabedoria de seus sacerdotes, em completa ignorância a respeito da educação que convém à mulher. Seus hieroglíficos, suas curiosas múmias, e todos os fragmentos de sua admirável e extinta grandeza, e conhecimentos que os sábios arqueólogos modernos com tanta perseverança estudam, não revelam que a inteligência da mulher aí devidamente cultivada. A beleza física, entre esses povos, era o único mérito real da mulher, e, ainda assim, aquela que a possuía entrava em concorrência com outras e devorava depois, como nos tempos presentes, torturantes amarguras no fundo dos serranhos dos haréns. Essa pobre porção da humanidade ainda é hoje, para opróbrio daqueles povos, sujeitos à aviltante lei da poligamia. (FLORESTA, 1989, p. 4).

É muito significativo o fato de Nísia Floresta, apresentar a situação da mulher no Egito antigo, sem fazer nenhuma menção à rainha Cleópatra, a mais célebre do Egito, e uma das mulheres mais conhecidas da história da humanidade; nem a rainha Nefertiti, que se tornou famosa por ter se incumbido de substituir o culto politeísta pela reverência a um deus único, Aton. Assim, ela omite nomes importantes da história egípcia, porque só lhe interessava destacar a opressão a que era submetida à mulher naquele país. Ela ressalta o abuso ao corpo da mulher, que era usada como objeto nos haréns na Antiguidade e denuncia a poligamia, praticada no seu tempo, como sendo uma situação de tortura para a mulher. Nesse sentido, reiteramos seu estilo, peculiar para a sua época, de se apropriar do discurso andrôcentrico, para ressaltar a hegemonia masculina e, portanto, atender às suas proposições fulcrais direcionadas a análise da pouca relevância dada a Educação da mulher na sociedade brasileira no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Nísia Floresta desempenhou um importante papel para a conquista dos direitos da mulher no Brasil, ao denunciar a situação de desigualdade de gênero no Brasil do século XIX. Ao questionar, o *status quo* da mulher, ela estava indo contra os valores culturais e sociais

daquele período histórico. Como a grande maioria das mulheres era analfabeta, podemos inferir que ela tentou persuadir o leitor masculino sobre a incoerência em se manter diferente a educação do homem e da mulher, no país recém-independente, perpetuando, por conseguinte, um sistema social opressivo e desigual. Tendo como referência outros países europeus, sobretudo Alemanha, Inglaterra e França, os quais ela conhecia tão bem, buscou mostrar aos seus leitores a situação da mulher em outras culturas que, ao contrário do Brasil, estavam conquistando grandes avanços sociais. Por conseguinte, Floresta tentou interagir com um determinado tipo de leitor, que tanto poderia acatar suas ideias e tornar-se um aliado na sua luta, quanto estava correndo riscos, pois, ao expor publicamente suas posições e assumir-se como defensora da igualdade de gênero no Brasil do século XIX, poderia adquirir muitos inimigos, impedindo que a sua causa em prol dos direitos sociais das mulheres fosse concretizada. Percebe-se, portanto, que, ao estabelecer uma relação de confronto com os opositores de suas concepções, ela sinalizava que não temia represálias, pois estava plenamente consciente da necessidade das mulheres brasileiras conquistarem o direito a uma educação que lhes permitissem desenvolver todo o seu potencial intelectual e construir-se como sujeito autônomo e atuante na sociedade. As calúnias e as difamações das quais ela foi vítima, provavelmente, contribuíram para o seu anonimato. Apesar de ser pouco conhecida no cenário nacional, sua produção escrita revela a sua erudição, deveras singular para a época, e mostra que ela rompeu obstáculos desafiando a sociedade patriarcal, sem medo de sair do anonimato para defender suas concepções, consideradas pouco convencionais, naquele período histórico. Por meio do Colégio Augusto, ela instaurou um novo modelo de escola para meninas, possibilitando-lhes aprender línguas estrangeiras e outras disciplinas que não eram incluídas na grade curricular das escolas para mulheres, o que contribuiu para o avanço das ideias pedagógicas de seu tempo. Nísia Floresta foi uma precursora dos valores feministas no Brasil, portanto, seu legado histórico é importantíssimo para a preservação da História das Mulheres Brasileiras. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** AGUIAR, Ronaldo. **O Rebelde Esquecido**: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824). Disponível em:

<http://>

www.

planalto.gov.br

[/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta. Recife:** Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo: Editora Cortez, 1989. FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Coimbra: Editora Almedina, 2005. FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber.** MOTTA, Manoel Barros (Org.). Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. RIBEIRO, Arilda. (2000). Mulheres educadas na Colônia. In Lopes, E. M.T; Faria L. e Veiga, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, p. 19-94. SARPE-VALADARES, Peggy. Introdução. In: FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AGUIAR, Ronaldo. **O Rebelde Esquecido:** Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824).

Disponível em:

<http://>

www.

planalto.gov.br

[/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta. Recife:** Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo: Editora Cortez, 1989. FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Coimbra: Editora Almedina, 2005. FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber.** MOTTA, Manoel Barros (Org.). Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. RIBEIRO, Arilda. (2000). Mulheres educadas na Colônia. In Lopes, E. M.T; Faria L. e Veiga, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, p. 19-94. SARPE-VALADARES, Peggy. Introdução. In: FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

Recebido em: 17/08/2016

Aprovado em: 18/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: